

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MIGRAÇÃO INTRA E INTERSETORIAL: IMPACTOS SOBRE EMPREGO E SALÁRIOS DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 90

Marisa dos Reis A. Botelho*

Marlene Marins C. Borges*

O objetivo principal do trabalho é o de analisar os efeitos no mercado de trabalho do processo de reestruturação industrial na década de 90 na economia brasileira. Utiliza-se a base de dados RAIS-Migra para o estado de Minas Gerais a fim de quantificar e qualificar os impactos sobre emprego e salários do processo de reestruturação empreendido pelas empresas, sobretudo as de maior porte. A utilização desses dados permitiu uma avaliação mais precisa dos efeitos da principal estratégia seguida pelas empresas no seu processo de reestruturação, qual seja, a externalização de atividades. Verificou-se a ocorrência de um intenso processo de migração intra e intersetorial, com destaque para o aumento da participação relativa das empresas industriais de pequeno porte e do setor de serviços na geração de empregos. Tal processo foi acompanhado de uma diminuição dos salários pagos aos trabalhadores neste período, o que contribuiu, sobremaneira, para a ampliação da precarização do mercado de trabalho.

Introdução

Nos últimos anos, o fenômeno do desemprego e da precarização do mundo do trabalho tem sido objeto de intensos estudos, visando quantificar e/ou qualificar sua extensão, bem como avaliar a intensidade deste processo no âmbito dos grandes setores da economia. Considerando que a indústria, dentro de um processo mais geral de reestruturação produtiva, tem sido o setor mais atingido pelo desemprego, o objetivo deste trabalho é o de avaliar os impactos deste processo em termos de mudanças inter e intra-setoriais do emprego e os efeitos sobre a remuneração do trabalho. À luz desse objetivo,

* Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (MG). Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP (SP). E-mail – botelhomr@ufu.br

* Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UFU (MG). E-mail – mmborges@ufu.br

analisa-se, em especial, o processo de migração dos trabalhadores desligados da indústria em Minas Gerais nos anos 90 para avaliar seus efeitos nos rendimentos, principalmente nos diferenciais de salários intra e intersetoriais, mostrando que todas as mudanças e especificidades do setor, além de estarem vinculadas ao processo mais geral de reestruturação, também mantêm laços estreitos com o modelo econômico implementado no país nos últimos anos.

A primeira seção do trabalho apresenta os lineamentos gerais do processo de reestruturação produtiva na década de 90, com destaque para as mudanças estruturais no que respeita à ausência de uma política norteadora dos rumos do desenvolvimento industrial. Na segunda seção traçou-se um quadro genérico da situação atual da indústria brasileira e da indústria de Minas Gerais, considerando a evolução do número de estabelecimentos e as mudanças intrasetoriais em relação ao tamanho, a evolução do emprego com referência ao porte e a evolução dos rendimentos. A terceira seção apresenta uma análise do processo de migração intra e inter-setorial buscando caracterizar os diferenciais de remuneração na indústria em Minas Gerais na década de 90, frente a este processo. Para tanto, utilizou-se da base de dados RAIS MIGRA da Indústria – MG no período de 1990 a 2000, o que possibilitou a análise do processo de migração dos trabalhadores da indústria e a obtenção de informações mais detalhadas sobre os efeitos da reestruturação produtiva no rendimento dos trabalhadores, mais especificamente a remuneração dos trabalhadores desligados da indústria que retornaram ao mercado de trabalho no ano seguinte ao do desligamento. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

1. Os condicionantes da reestruturação produtiva no Brasil nos anos 90

As recentes mudanças implementadas nos países da América Latina, e no Brasil em particular, tiveram como norte uma maior liberalização econômica, com o que ampliaram-se o grau de abertura comercial e de desregulamentação econômica. No caso brasileiro, considerava-se esgotado o modelo de substituição de importações vigente no período anterior e enfatizava-se a mudança de atuação do Estado no processo de industrialização – menos interventor e mais regulador da atividade econômica.

Do ponto de vista do desenvolvimento da indústria, dois períodos podem ser identificados na década de 90. Os anos 1990-92, do governo Collor de Mello, onde definiu-se a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), e os anos subsequentes, onde nenhuma política industrial foi definida e implementada.

No âmbito da PICE, buscava-se, essencialmente, a modernização e reestruturação da indústria com ênfase em mecanismos de mercado.

Conforme Guimarães (1996:16),

"a política industrial e de comércio exterior introduzida em 1990 difere da política vigente nas décadas anteriores por deslocar seu eixo central de preocupação da expansão da capacidade produtiva para a questão da eficiência e da competitividade, contemplando como objetivos prioritários o aumento de produtividade e a redução de custos, a melhoria da qualidade dos produtos e o repasse desses ganhos ao consumidor."

A PICE compunha-se de três programas auxiliares:

- o Programa de Competitividade Industrial (PCI): objetivava a reestruturação das empresas privadas com o sentido de alcançar preços e padrões de qualidade em nível internacional;
- o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP): objetivava a difusão dos modernos métodos gerenciais e organizacionais e ainda o treinamento de recursos humanos;
- o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI): objetivava a modernização tecnológica em termos de infraestrutura, de recursos humanos, etc..

Prevvia-se ainda, no âmbito da PICE, a implementação de uma política de concorrência com o objetivo de rever a legislação antitruste existente e estabelecer novos mecanismos de defesa da concorrência.

Em termos de avaliação crítica da PICE destaque-se, em primeiro lugar, que os dois anos em que vigorou a política econômica do governo Collor foram marcados por uma contradição recorrente entre os objetivos macroeconômicos de curto prazo — notadamente os problemas dos altos índices inflacionários — e aqueles de longo prazo — relacionados com a reestruturação e modernização da economia brasileira. Pode-se citar, como exemplos, a taxa de juros e as questões de ordem fiscal.

Um segundo ponto importante, relacionado ao argumento acima, diz respeito às dificuldades políticas enfrentadas pelo governo Collor, que culminaram no processo de *impeachment* do Presidente em 1992. Tais dificuldades, que se expressavam em relações

conflituosas com o Congresso Nacional, retardavam a implementação de medidas definidas pela PICE, especialmente as medidas que eram sujeitas à ação de *lobbies*.

A conjugação desses problemas implicou em não implementação da PICE na sua totalidade. Questões cruciais definidas ao nível da PICE — como o desenvolvimento do aparato de C&T, a melhoria da infra-estrutura, especialmente a de transportes e telecomunicações, e do sistema educacional, entre outros — não chegaram a ser implementadas.

Em suma, pode-se dizer que o estímulo à reestruturação industrial no âmbito da PICE resumiu-se àqueles decorrentes do processo de abertura comercial. Guimarães (1996:19) argumenta que

"O sucesso da política de abertura contrasta, (...), com os avanços modestos observados na implementação da política de concorrência e da política de competitividade. Essa evolução pouco favorável está associada às dificuldades enfrentadas no âmbito do Estado para definir e implementar uma nova agenda de política industrial. Cabe destacar aqui que as políticas de concorrência e de competitividade, por requererem uma ação articulada e continuada do setor público, diferem de forma significativa da política de liberalização comercial que, enquanto tal, implica exatamente limitar a intervenção do Estado nos fluxos econômicos."

Obviamente, a conjugação de abertura comercial acelerada e praticamente indiscriminada (determinada pela política de competição) e ausência e/ou retardamento do apoio ao desenvolvimento da indústria nacional (política de competitividade) produziu um resultado perverso para a economia nacional¹ (vide os gravíssimos problemas enfrentados por determinados setores industriais, como o têxtil e confecções, calçados e bens de capital). Acrescente-se ainda que não houve uma mudança significativa quanto à questão da importância do desenvolvimento científico e tecnológico para a obtenção de um novo patamar do processo de industrialização.

O período posterior ao abandono da PICE foi marcado pela importância atribuída aos mecanismos de mercado para as mudanças na estrutura industrial. Erber e Cassiolato (1997:39) destacam que

"o fim da PICE assinala o ocaso da agenda desenvolvimentista no âmbito governamental e a completa hegemonia da agenda liberal, com a sua ênfase na

¹ "... o período de maturação das medidas promotoras do investimento (e competitividade) é muito mais longo do que aquele associado a medidas para competição." (Suzigan e Villela, 1997:100).

estabilização dos preços e nas reformas institucionais que facilitem a ação dos mercados.”

As diversas medidas voltadas para a indústria implementadas a partir de 1994 tinham um caráter defensivo e compensatório, isto é, buscavam fundamentalmente atacar certos efeitos da política macroeconômica, especialmente os decorrentes do câmbio sobrevalorizado e das altas taxas de juros. Pode-se citar, a título de exemplo, as medidas de política direcionadas ao incremento das exportações. Tais medidas — como a eliminação de taxas incidentes sobre as exportações (PIS/PASEP e COFINS), o incremento no financiamento às exportações, entre outros — foram implementadas com o objetivo de minimizar os problemas decorrentes do crescimento do déficit comercial.

Do ponto de vista do processo de reestruturação produtiva, a análise dos anos 90 indica que, em geral, tal processo foi fundamentalmente estimulado pela política de abertura comercial e bastante restrito em relação à totalidade da indústria dado que esteve muito concentrado nas empresas de maior porte, especialmente aquelas com inserção externa.

A esse respeito, o estudo de Tigre *et alli* (2000:219) indica que

“... as empresas industriais brasileiras, com poucas exceções, não desenvolveram capacitação inovadora própria necessária para entrar em novos mercados. A insuficiente capacitação das empresas nacionais para desenvolver novos processos e produtos, aliada à ausência de políticas industriais de promoção de setores mais intensivos em conhecimento, contribuem para o baixo dinamismo das exportações. A desnacionalização das empresas locais que atuam nos segmentos mais dinâmicos da indústria, acentuada nos últimos anos, agrava esse quadro de dependência e limita as estratégias futuras.”

No tocante à desnacionalização, é importante destacar que, embora seja uma tendência generalizada em todos os setores industriais e em parcela dos serviços, assumiu relevância ímpar na denominada indústria difusora de tecnologia². A participação de empresas estrangeiras, que já era importante, cresceu de 60,3% em 1991 para 86,9% em 1999. No total da indústria, a participação estrangeira que em 1991 era de 36,0%, aumentou para 53,5% em 1999.

As informações disponíveis indicam que a tendência de ampliação da desnacionalização ocorre em conjunto com o crescimento dos gastos para a incorporação de tecnologias, em detrimento da inversão ampla em pesquisa e desenvolvimento. Ou seja, mantidas as condições atuais, tende a se aprofundar o quadro no qual mesmo as empresas

² Inclui aeronáutica, automobilística, eletrônica e química fina.

locais mais bem posicionadas, mais que desenvolver capacidade de inovação de fato, mantêm-se na desconfortável situação de adaptação de tecnologias geradas nos países avançados, com limitadas possibilidades de avanços significativos no que se refere à geração local de inovações. O processo de reestruturação e modernização das empresas ao longo dos anos 90 foi viabilizado, em grande medida, pelo significativo crescimento de transferência de tecnologia. A título de exemplo, as remessas ao exterior para transferência de tecnologia passaram de US\$ 209 milhões em 1990 para cerca de US\$ 2.000 milhões em 1999. Tal crescimento decorreu, sobretudo, de mudanças na legislação que objetivaram agilizar e simplificar o processo de transferência de tecnologia (Botelho e Mendonça, 2001).

Também as exportações têm apresentado resultados decepcionantes, dado que não responderam qualitativa e quantitativamente ao estímulo da mudança cambial em 1999. Os pequenos superávits comerciais verificados nos últimos anos deveram-se, sobretudo, à diminuição das importações³. Ademais, a pauta de importações brasileira apresenta uma participação significativa de bens relacionados à indústria microeletrônica e de telecomunicações, enquanto a pauta de exportações concentra-se em produtos agrícolas, semi-manufaturados e industrializados de mais baixo valor agregado.

Para as empresas de pequeno porte, a ampliação do acesso às novas tecnologias colocou, de um lado, perspectivas positivas de desenvolvimento em função da relativa maior facilidade de aquisição de máquinas e equipamentos modernos. De outro lado, o envolvimento mais sistemático dessas empresas na geração de inovações, como ocorre nos países desenvolvidos, não tem encontrado um ambiente fértil. Além disso, ao não terem condições de acompanhar as inovações tecnológicas e organizacionais, essas empresas ficam cada vez mais expostas à ameaça de concorrentes internacionais que chegam ao país como fornecedoras globais de grandes empresas multinacionais que se instalam no país. Assim, é visível que mesmo espaços anteriormente abertos às pequenas empresas, por exemplo como subcontratadas, estão se estreitando e dificilmente poderão ser ampliados por estratégias individuais de pequenas empresas isoladas.

³ Em 1999, as exportações somaram US\$ 48 bilhões e as importações, US\$ 49,3 (diminuição de 22% em relação ao pico de 1997); em 2000, as exportações apresentaram elevação (US\$ 55,1 bilhões) e as importações também (US\$ 55,8 bilhões); em 2001, há uma certa estabilização de exportações e importações (US\$ 58,2 bilhões e US\$ 55,6 bilhões, respectivamente); em 2002, a diferença entre exportações (US\$ 60,4) e importações (US\$ 47,2) ampliou-se, resultado, sobretudo, da diminuição das importações.

Entretanto, as empresas de pequeno porte têm ampliado significativamente a sua participação na estrutura produtiva brasileira, seja em número de estabelecimentos seja na geração de empregos. Esse processo pode ser atribuído, em grande medida, à estratégia de desverticalização de atividades empreendida pelas empresas no seu processo de reestruturação produtiva. Ocorre que a ampliação da participação desse segmento de empresas ocorreu em um ambiente onde não se forjou uma política consistente de apoio à essas empresas, de modo a que suas debilidades estruturais pudessem ser, ao menos parcialmente, superadas (Botelho, 1999).

A par dos lineamentos gerais das mudanças recentes, têm-se que os impactos desse processo sobre o mercado de trabalho têm sido, em geral, negativos. As mudanças efetuadas pelas empresas, em um ambiente onde predominaram baixas taxas de crescimento econômico, implicaram em redução absoluta do número de postos de trabalho na indústria e tendência à queda dos rendimentos do trabalho. Ademais, as alterações no emprego industrial indicaram perda de participação relativa dos postos de trabalho mais qualificados⁴. Este fato tem sido associado, principalmente, à ampliação das importações, como parte de uma estratégia de desenvolvimento que privilegiou a inserção externa em detrimento da continuidade da diversificação da estrutura produtiva na direção de bens de mais alto valor agregado.

Na seção seguinte apresenta-se, sucintamente, o quadro geral dos estabelecimentos e empregos na indústria na década de 90. Destaca-se a participação das empresas nas faixas de tamanho dos estabelecimentos e nas faixas salariais com referência ao tamanho de modo a realçar as principais mudanças na estrutura produtiva brasileira.

2. O quadro geral da indústria na década de 90 – Brasil e Minas Gerais

As transformações recentes na estrutura produtiva brasileira caracterizaram-se, entre outros elementos importantes, pela redução absoluta e relativa do número de trabalhadores na indústria, por uma ampliação da participação das empresas de pequeno porte na geração

⁴ Ver, a esse respeito, Pochmann (2001) e Sabóia (2001). De acordo com o trabalho de Sabóia, as ocupações consideradas de alto rendimento e alta escolaridade diminuíram ou mantiveram constantes as suas participações, enquanto verificou-se aumento da participação relativa dos grupos com menor escolaridade e menor rendimento.

de empregos e ainda por alterações no tocante à remuneração dos trabalhadores na indústria que implicaram em elevação da precarização do mercado de trabalho.

Entre os anos de 1990 e 1999, pouco mais de 900.000 de postos de trabalho foram fechados na indústria brasileira. Considerando-se que foram gerados nesse período em torno de 1.800.000 empregos no total da estrutura produtiva, verificou-se uma diminuição da participação relativa da indústria e uma ampliação da participação dos setores comércio e serviços. Entre 1999 e 2001, verifica-se um pequeno aumento de empregos na indústria que, entretanto, não reverteu e sequer foi suficiente para estancar a perda de participação relativa desse setor na geração de empregos (Tabela 1).

Tabela 1
Pessoal ocupado por setor de atividade (Brasil – 1990/2001)

	1990		1993		1997		1999		2001	
Indústria	5.918.703	25,51	5.197.399	22,44	5.141.637	21,33	5.014.367	20,06	5.390.932	19,83
Constr. civil	959.341	4,14	890.334	3,84	1.162.045	4,82	1.047.891	4,19	1.132.955	4,17
Comércio	2.979.260	12,84	2.732.735	11,80	3.668.782	15,22	3.937.911	15,76	4.487.004	16,50
Serviços	11.728.902	50,56	10.673.102	46,07	13.104.067	45,36	13.955.693	55,84	15.092.999	55,51
Agropecuária	372.960	1,61	506.334	2,19	997.892	4,14	1.035.374	4,14	1.085.724	3,99
Outros/ignor.	1.239.490	5,34	3.165.123	13,66	30.005	0,12	2.029	0,01	-	0,00
Total	23.198.656	100	23.165.027	100	24.104.428	100	24.993.265	100	27.189.614	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, MTE

Tais mudanças deveram-se, em grande medida, à ampliação do processo de externalização de atividades (“terceirização”) por parte das empresas industriais como uma das estratégias para a redução de custos, o que determinou mudanças importantes intra-indústria – com o aumento da participação das empresas de pequeno porte no total de estabelecimentos e na geração de empregos – e entre os setores – com a ampliação da participação do setor de serviços na estrutura produtiva. Ocorre que, tradicionalmente, tanto as empresas de menor porte quanto o setor de serviços operam com remunerações mais baixas quando comparadas àquelas existentes nas médias e grandes empresas industriais.

Os dados disponíveis da RAIS, conforme Tabela 2, indicam a existência, no ano de 1990, de 191.315 estabelecimentos industriais, dos quais 95% identificados como micro e pequena empresa (menos de 100 empregados)⁵. Em 1999, o número de estabelecimentos

⁵ Adota-se aqui a classificação do SEBRAE para enquadramento das empresas industriais em relação ao porte: 0-19 empregados – microempresa; 20-99 – pequena empresa; 100-499 – média empresa; e, 500 ou mais

atingiu 247.855 unidades sendo 96,7% de micro e pequenas empresas (MPEs); em 2001, das 262.207 unidades industriais, 96,7% estavam enquadradas no segmento das MPEs.

Embora tenha crescido a participação das empresas de pequeno porte no total de estabelecimentos, quando se analisa o processo de geração de empregos a ampliação da participação das MPEs torna-se mais significativa. Dos 5.464.436 trabalhadores empregados na indústria em 1990, aproximadamente 33% encontravam-se em MPEs; já em 1999, 45% do total de 5.014.367 trabalhadores empregavam-se nesse segmento de empresas. Em 2001, verifica-se situação semelhante dado que 45,3% do total de 5.390.932 trabalhadores encontravam-se em empresas de pequeno porte (Tabela 2).

Tabela 2

Evolução do número de estabelecimentos e empregados na Indústria segundo o tamanho do estabelecimento (Brasil – 1990/2001)

	1990		1993		1997		1999		2001	
	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr
0 empregado	16.557	-	18.881	-	21.957	-	23.549		24.178	-
De 1 a 4	81.824	173.709	80.473	166.200	96.974	207.283	106.181	227.918	109.948	235.898
De 5 a 9	34.098	225.867	30.653	202.842	41.560	275.332	46.434	307.970	49.417	328.069
De 10 a 19	23.920	325.387	21.683	294.571	28.819	391.979	32.916	447.832	35.981	490.860
De 20 a 49	18.064	551.707	16.249	498.700	19.822	604.402	22.351	681.272	24.996	762.360
De 50 a 99	7.419	515.717	6.961	486.676	7.494	523.617	8.194	571.787	9.019	627.211
Total (1)	181.882	1.792.387	174.900	1.648.989	216.626	2.002.613	239.625	2.236.779	253.539	2.444.398
De 100 a 249	5.504	857.675	5.125	799.818	4.987	776.402	5.176	805.382	5.481	853.319
De 250 a 499	2.258	787.837	2.034	706.570	1.887	652.347	1.928	665.450	1.934	669.488
Total (2)	7.762	1.645.512	7.159	1.506.388	6.874	1.428.749	7.104	1.470.832	7.415	1.522.807
De 500 a 999	1.031	706.382	933	637.525	774	531.788	773	535.765	853	587.508
1000 ou mais	640	1.320.155	480	978.087	367	740.504	353	770.991	400	836.219
Total (3)	1.671	2.026.537	1.413	1.615.612	1.141	1.272.292	1.126	1.306.756	1.253	1.423.727
Total	191.315	5.464.436	183.472	4.770.989	224.641	4.703.654	247.855	5.014.367	262.207	5.390.932

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, MTE

(1) Micro e pequena empresa

(2) Média empresa

(3) Grande empresa

No tocante à remuneração dos trabalhadores, verificou-se, ao longo desse período, uma ampliação da parcela dos trabalhadores que situam-se nas faixas de rendimento mais baixas. Ademais, manteve-se, sem alterações significativas, a dualidade no mercado de trabalho – enquanto as empresas com mais de 100 empregados remuneraram os seus

empregados – grande empresa.

empregados com salários acima da média, as MPEs praticaram remunerações abaixo da média geral⁶.

Em relação ao Estado de Minas Gerais, as mesmas tendências do ponto de vista do tamanho das empresas podem ser identificadas. Do total de 34.344 empresas industriais existentes em 2001, 97,6% são MPEs, sendo que, em 1990, 96,8% das empresas encontravam-se nesse segmento (Tabela 3).

Os empregos industriais de Minas Gerais também sofreram ampliação maior no segmento das empresas de pequeno porte. Enquanto em 1990, 38,1% dos postos de trabalho encontravam-se nas MPEs, no ano de 2001, 50,6% dos trabalhadores encontravam-se empregados em empresas de pequeno porte nesse Estado (Tabela 3).

Tabela 3

Evolução do número de estabelecimentos e empregados na Indústria segundo o tamanho do estabelecimento (Minas Gerais – 1990/2001)

	1990		1993		1997		1999		2001	
	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr	Estab	Empr
0 empregado	2.629	-	2.859	-	3.454	-	3.567	0	3.684	-
De 1 a 4	12.102	23.103	11.707	21.487	13.999	27.597	14.971	31.854	15.386	32.681
De 5 a 9	4.265	26.119	3.875	23.535	5.681	34.735	6.164	40.712	6.499	42.950
De 10 a 19	2.632	32.831	2.472	31.032	3.474	43.600	4.015	54.402	4.245	57.677
De 20 a 49	1.812	50.188	1.622	45.232	2.308	63.258	2.470	74.514	2.770	84.028
De 50 a 99	600	38.029	642	40.628	865	54.591	871	60.358	932	65.059
Total(1)	24.040	170.270	23.177	161.914	29.781	223.781	32.058	261.840	33.516	282.395
De 100 a 249	463	65.714	399	55.880	509	69.195	506	77.872	543	84.595
De 250 a 499	187	59.462	186	57.054	191	58.676	172	60.321	179	61.754
Total(2)	650	125176	585	112934	700	127871	678	138193	722	146.349
De 500 a 999	85	51.57	73	48.223	76	45.561	69	47.224	78	53.892
1000 ou mais	51	99.499	43	88.183	35	81.188	28	84.068	28	74.978
Total(3)	136	99499	116	136406	111	126749	97	131292	106	128.870
Total	24.826	446.502	23.878	411.254	30.592	478.401	32.833	531.325	34.344	557.614

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, MTE

(1) Micro e pequena empresa

(2) Média empresa

(3) Grande empresa

O fenômeno da ampliação da participação das empresas de pequeno porte na geração de empregos tem sido atribuída, em diversos estudos, à tendência de externalização

⁶ No ano de 1999, a média geral foi de 5,35 salários médios, as empresas com mais de 500 empregados pagaram em média 7,50 salários mínimos e as micro empresas menos de 3,00 salários mínimos. Tais proporções são, em linhas gerais, as mesmas vigentes no início da década (RAIS/ MTE, 1999).

de atividades. A opção de externalizar atividades, enquanto estratégia de reestruturação industrial, foi uma das mais difundidas no Brasil, especialmente no início dos anos 90. A política industrial implementada no início do governo Collor, especialmente o programa de abertura comercial, provocou uma aceleração nos programas de reestruturação das empresas, nos quais a busca de flexibilidade produtiva atuou como elemento indutor da externalização de atividades.

As pesquisas mostram que a estratégia da terceirização difundiu-se entre todos os segmentos de empresas, em especial, entre as grandes empresas. A pesquisa realizada pelo BNDES/CNI/SEBRAE (1996) mostrou que 33% das empresas praticavam a terceirização em médio e alto grau, enquanto para as micro e pequenas empresas esse percentual caía para 23% e 31%, respectivamente.

A externalização de atividades por parte das empresas tem sido apontada como responsável pelo aumento da precarização do mercado de trabalho nos anos 90. Como a maior parte das atividades externalizadas são transferidas para empresas de menor porte ou para o setor de serviços, a maior precarização decorreria das piores condições de trabalho, em termos principalmente de salários pagos, vigentes nas empresas menores e no setor de serviços. Entretanto, os estudos sobre esse tema em geral não apresentam dados que permitam identificar de forma mais precisa a relação entre mudanças intra-industriais (com respeito ao porte das empresas) e inter-setoriais e deterioração das condições de trabalho. Os dados apresentados na seção seguinte buscam ilustrar esse fenômeno, tendo como referência a situação dos trabalhadores na indústria de Minas Gerais nos anos 90.

3. O processo de migração intra e inter-setoriais e os diferenciais de remuneração na indústria em Minas Gerais na década de 90

Diversos são os estudos que têm indicado uma ampliação da precarização do mercado de trabalho sob os efeitos do atual processo de reestruturação produtiva⁷. Em geral, esses estudos destacam que a precarização é resultado, em grande medida, da ausência de políticas públicas norteadoras do desenvolvimento da estrutura produtiva, o que tem resultado na manutenção ou mesmo regressão de um padrão de produção baseado,

⁷ Pochmann (2000) e Sabóia (2001).

sobretudo, em produtos agrícolas e produtos industrializados de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado. Ademais, tais mudanças têm ocorrido em um ambiente onde vigoram baixas taxas de crescimento econômico. Os reflexos imediatos sobre o mercado de trabalho têm sido a tendência ao aumento do desemprego (onde os postos de trabalho com remunerações mais elevadas têm sido os mais atingidos) e a diminuição dos rendimentos.

A análise dos dados referentes ao processo de migração de trabalhadores na indústria permite, através de informações mais detalhadas, avaliar de forma precisa a magnitude dos efeitos da reestruturação empreendida pelas empresas, especialmente as de maior porte, sobre o conjunto dos trabalhadores. Para essa análise, utilizam-se os dados do processo de migração de trabalhadores da indústria de Minas Gerais em três momentos definidos ao longo dos anos 90: 1990-1991, primeiros anos da década, 1994-1995, período de implantação do Plano Real e o final da década, 1999-2000.

Os dados relativos aos anos de 1990, 1994 e 1999 demonstram que a capacidade de absorção dos trabalhadores desligados no setor industrial no Estado de Minas Gerais pelo mercado de trabalho formal⁸ é muito pequena, verificando-se um baixo retorno dos trabalhadores ao mercado formal no ano seguinte ao do desligamento (1991, 1995 e 2000, respectivamente)⁹. De acordo com os dados da Tabela 4, do total de trabalhadores desligados no setor industrial no ano de 1990 (172.856) apenas 78.944 retornam ao mercado de trabalho formal no ano seguinte (45,67%). Comparando-se o retorno dos trabalhadores desligados no ano de 1990 com o retorno dos trabalhadores desligados no ano de 1994, ano da implantação do Plano Real, observa-se que há um pequeno aumento dos retornos no ano seguinte, quando do total de desligados na indústria no ano de 1994 (136.963) retornaram 48,05% trabalhadores para o mercado de trabalho formal, perfazendo um total de 65.809 trabalhadores em 1995. No ano de 1999, verifica-se uma diminuição da relação entre desligados e retornados se comparado com o período anterior, ou seja, dos 147.860 trabalhadores desligados no ano de 1999, 68.523 retornaram ao mercado de trabalho formal em 2000 (46,34%). Portanto, verifica-se um índice de retorno pequeno e sem apresentar tendência de aumento nos três períodos analisados, o que demonstra a baixa capacidade de absorção dos trabalhadores no mercado formal. Em termos de resultados

⁸ O mercado de trabalho formal compreende as atividades assalariadas dentro de uma estrutura onde os vínculos de trabalho são formalizados através de carteira assinada.

⁹ Neste trabalho, considera-se apenas o retorno no ano subsequente ao desligamento.

globais, têm-se o aumento da informalização do trabalho e a ampliação do tempo de desemprego, características precípua do mercado de trabalho nos anos 90.

Tabela 4

Participação dos trabalhadores desligados da indústria-MG que retornaram ao mercado de trabalho formal no ano seguinte (1990/2000)

Ano Desligamento	Total (A) Desligados Indústria	Ano Retorno	Desligados(B) Que Retornaram	% B/A
1990	172.856	1991	78.944	45,67
1994	136.963	1995	65.809	48,05
1999	147.860	2000	68.523	46,34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS MIGRA Indústria -MG 1989-2000

Ao analisar a migração intersetorial dos trabalhadores na indústria de Minas Gerais, observa-se que dentre os grandes setores da economia que absorveram os trabalhadores desligados da indústria nos anos de 1990, 1994 e 1999, no ano subsequente ao do desligamento, destacam-se o setor industrial e o setor de serviços como os principais absorvedores dos trabalhadores formais desligados no período. Conforme Tabela 5, do total de desligados na indústria mineira em 1990 que retornaram ao mercado de trabalho formal em 1991, verifica-se que 50,53% retornaram para o próprio setor da indústria, 20,84% para o setor serviços, 10,99% para o comércio e 8,59% para a construção civil. Dentre os trabalhadores desligados da indústria no ano de 1994 que retornaram ao mercado de trabalho em 1995, observa-se que a indústria se mantém como setor mais atrativo com 50,89% dos retornados, em segundo lugar o setor serviços com 20,44% e, posteriormente, o comércio e a construção civil com 12,66% e 9,49%, respectivamente. A tendência permanece no ano de 1999, dado que do percentual de desligados que retornaram em 2000, 53,95% o fizeram para a própria indústria, 19,44% para o setor serviços, 13,61% para o comércio e 7,68% para a construção civil.

Em suma, pode-se afirmar que embora o destaque para a absorção dos trabalhadores desligados do setor industrial no Estado de Minas Gerais seja o próprio setor industrial, é importante ressaltar o papel do setor serviços como um setor que absorve parcela importante destes trabalhadores. Da análise dos subsetores do setor de serviços que mais empregam os trabalhadores oriundos da indústria, é possível inferir que parcela significativa das atividades absorvedoras de mão-de-obra é ligada à própria indústria.

Destaca-se, em todos os anos de retorno, a sub-atividade Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas com 15% a 30% de incidência nos anos pesquisados¹⁰. As demais sub-atividades com incidência de 5% em média são: Transporte Rodoviário de Passageiros, Transporte Rodoviário de Carga, Alimentação – Restaurantes Lanchonetes e Serviços de Limpeza e Conservação de Casa, dentre outras de menor relevância.

A natureza das atividades acima listadas permite a indicação de que parcela importante dos empregos gerados no setor de serviços é oriunda do processo de externalização de atividades por parte, em especial, das empresas de grande porte.

Tabela 5

Migração intersetorial dos trabalhadores desligados da indústria-MG que retornaram ao mercado de trabalho (1990/2000)

Grande Setor - IBGE	Desl. Indústria/1990 Retornaram/1991		Desl. Indústria/1994 Retornaram/1995		Desl. Indústria/1999 Retornaram/2000	
	Total	%	Total	%	Total	%
INDÚSTRIA	39.892	50,53	33.490	50,89	36.971	53,95
CONSTR CIVIL	6.783	8,59	6.246	9,49	5.261	7,68
COMÉRCIO	8.677	10,99	8.330	12,66	9.326	13,61
SERVIÇOS	16.453	20,84	13.451	20,44	13.322	19,44
AGROPECUARIA	1.207	1,53	3.674	5,58	3.641	5,31
OUTR/IGN	5.932	7,51	618	0,94	2	0,00
TOTAL	78.944	100,00	65.809	100,00	68.523	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS MIGRA Indústria-MG 1989-2000

Os dados oriundos da base RAIS Migra também permitem uma avaliação da migração intra-setorial, importante para detectar a transferência para segmentos distintos considerando-se o porte das empresas (Tabela 6). Os dados indicam que do total de trabalhadores desligados da indústria em 1990, 1994 e 1999, a maioria retornou para o próprio setor industrial no ano seguinte, mas o retorno ocorreu de forma expressiva para os segmentos de estabelecimentos de menor porte. Esse segmento, além de absorver a maior parcela dos trabalhadores desligados no ano anterior, o fez de forma crescente, passando de 58,58% em 1991 para 60,34% em 1995 e, posteriormente, para 67,04% em 2000. Em paralelo, verifica-se que no segmento das empresas de médio e grande porte há uma redução da absorção destes trabalhadores. Em 1991, a absorção destes trabalhadores nas

¹⁰ De acordo com a classificação do IBGE, inclui serviços de locação de mão-de-obra, agências de empregos, seleção, treinamento de pessoal e outros.

empresas de médio porte passa de 25,62% para 23,90% em 1995 e para 19,30 % em 2000. Seguindo a mesma tendência, em 1991 o percentual de trabalhadores absorvidos pelas empresas de grande porte é de 15,81% em 1995, passando para 15,76% e no ano 2000 o percentual é de apenas 13,66%¹¹.

A migração para empresas de menor porte também é um elemento indicativo do avanço do processo de externalização de atividades. Esse processo tem levado as empresas a desvincular-se de atividades consideradas não essenciais para a produção principal e tornado as empresas de menor porte as principais receptoras da “terceirização”.

Tabela 6

Migração intra-setorial dos trabalhadores desligados da indústria-MG (1990/2000)

Tamanho	Indústria											
	Desl/ 90	%	Retor/91	%	Desl/94	%	Retor/95	%	Desl/99	%	Retor/00	%
0												
Empregados	6.667	3,86	1.038	2,60	5.694	4,16	642	1,92	10.862	7,35	1.297	3,51
Ate 4	13.494	7,81	3.599	9,02	10.012	7,31	2.879	8,60	15.769	10,66	2.924	7,91
De 5 a 9	12.159	7,03	3.324	8,33	9.615	7,02	3.086	9,21	14.969	10,12	3.817	10,32
De 10 a 19	15.981	9,25	4.343	10,89	13.286	9,70	3.875	11,57	17.660	11,94	5.476	14,81
De 20 a 49	23.087	13,36	6.300	15,79	19.738	14,41	5.754	17,18	23.331	15,78	6.809	18,42
De 50 a 99	18.042	10,44	4.764	11,94	16.627	12,14	3.973	11,86	16.191	10,95	4.463	12,07
Total (1)	89.430	51,74	23.368	58,58	74.972	54,74	20.209	60,34	98.782	66,81	24.786	67,04
De 100 a 249	27.314	15,80	6.080	15,24	22.025	16,08	4.777	14,26	17.702	11,97	4.397	11,89
De 250 a 499	20.907	12,10	4.139	10,38	17.567	12,83	3.227	9,64	11.938	8,07	2.738	7,41
Total (2)	48.221	27,90	10.219	25,62	39.592	28,91	8.004	23,90	29.640	20,05	7.135	19,30
De 500 a 999	15.332	8,87	3.844	9,64	10.779	7,87	2.878	8,59	9.613	6,50	1.363	3,69
1000 ou Mais	19.873	11,50	2.461	6,17	11.620	8,48	2.399	7,16	9.825	6,64	3.687	9,97
Total (3)	35.205	20,37	6.305	15,81	22.399	16,35	5.277	15,76	19.438	13,15	5.050	13,66
TOTAL	172.856	100,00	39.892	100,00	136.963	100,00	33.490	100,00	147.860	100,00	36.971	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS MIGRA Indústria-MG 1989-2000

(1) Micro e pequena empresa

(2) Média empresa

(3) Grande empresa

O avanço do processo de externalização de atividades e a conseqüente maior participação das empresas de pequeno porte na geração de empregos torna necessária a avaliação das condições de trabalho vigentes no novo modelo de organização da produção, marcado por forte migração inter e intra-setorial.

¹¹ É necessário considerar que parte das empresas tenha mudado de faixa de tamanho durante o período analisado, em função de demissão de trabalhadores. Entretanto, entende-se que essa ocorrência não é significativa para mudar o sentido da análise dado que as faixas utilizadas como referência são bastante amplas.

O debate atual sobre a precarização do mundo trabalho aponta que este processo, além de ser visto pelo lado da informalização das relações de trabalho, pode também ser visto pelo lado da renda. Os dados divulgados pelo Censo 2000 mostram que no Brasil as vagas de trabalho criadas se concentram, em grande parte, na faixa de até 3 salários mínimos, enquanto as demissões ocorrem primordialmente nos altos salários. Ainda com relação aos dados do último Censo, 24,4% dos brasileiros ocupados ganham até um salário mínimo e 27,5% ganham entre 1 e 2 salários mínimos. Juntando estes dois contingentes de trabalhadores, conclui-se que mais da metade dos brasileiros ocupados (51,9%) ganham no máximo dois salários mínimos, o que permite retratar a alta concentração de renda no país e a precarização das relações de trabalho.

Segundo dados constantes da Tabela 7, é possível demonstrar que este cenário mais geral de compressão da renda, criando diferenciais de salários, também pode ser confirmado quando da análise da mudança de remuneração no processo de migração dos trabalhadores desligados da indústria de Minas Gerais. Ao longo do período analisado, percebe-se que a remuneração média no ano em salários mínimos dos trabalhadores desligados da indústria que retornam ao mercado de trabalho no ano seguinte é marcada por uma tendência de redução. O total dos trabalhadores desligados da indústria em 1991 que retornou ao mercado de trabalho no ano seguinte contava com uma remuneração média de 3,40 salários mínimos no ano do desligamento (1991) e passou a contar com uma remuneração média no ano seguinte de 2,50 salários mínimos quando do retorno ao mercado de trabalho¹², perfazendo uma queda de 36,0%. No ano de 1994, os desligados que retornaram ao mercado de trabalho no ano de 1995 contavam com uma remuneração média no ano de 3,92 salários mínimos e também sofreram redução de 34,7% na remuneração no ano em que retornaram ao mercado de trabalho (1995), passando a obter uma remuneração média de apenas 2,91 salários mínimos. No período posterior, o comportamento da remuneração é semelhante, ou seja, os trabalhadores que foram desligados em 1999 e retornaram ao mercado de trabalho em 2000 receberam, em média, uma remuneração de 3,35 salários mínimos no ano do desligamento e passaram a receber uma remuneração média de 2,50 salários mínimos quando do retorno em 2000, o que implicou em redução salarial de 34,0%.

¹² O retorno aqui leva em conta a migração para a indústria e demais setores da economia.

Tabela 7

Remuneração média no ano, em salários mínimos, dos trabalhadores desligados da indústria-MG que retornaram ao mercado de trabalho (1990/2000)

	Total Trabalhadores (A)	Rem.Média no Ano do Desligamento (B)	B/A	Rem. Média no Ano do Retorno (D)	D/A
Desligados1990/Retorno1991	78.944	268.697,51	3,40	197.716,24	2,50
Desligados1994/Retorno1995	65.809	257.911,89	3,92	191.464,53	2,91
Desligados1999/Retorno2000	68.523	229.718,37	3,35	171.177,90	2,50

Fonte: Elaboração própria com dados da RAIS MIGRA Indústria-MG 1989-2000

Portanto, soma-se a baixa capacidade de absorção de trabalhadores desligados da indústria no mercado formal (Tabela 4) à vigência de rendimentos menores daqueles trabalhadores que retornam ao mercado de trabalho, o que permite delinear um quadro de ampliação da precarização do mercado de trabalho, tendo como referência as informações do estado de Minas Gerais na década de 90. Conforme argumentado anteriormente, todo este processo de redução da remuneração dos trabalhadores encontrada, nesta realidade específica, está vinculada uma realidade mais geral de precarização do mercado de trabalho.

Os dados da Tabela 8 permitem uma análise da situação descrita de forma ainda mais detalhada ao possibilitar a mensuração do comportamento das remunerações quando da migração intersetorial dos trabalhadores. Embora a remuneração média do total dos trabalhadores desligados na indústria em 1990 que retornaram ao mercado de trabalho em 1991, migrando para o setor serviços e para a própria indústria (2,59 e 2,65 salários mínimos, respectivamente) tenha sido ligeiramente superior à média total (2,50 s.m.), ainda continuaram abaixo da remuneração no período do desligamento.

No período seguinte, o destaque para as remunerações médias superiores a média geral é dada agora pela indústria (3,28 s.m., contra média geral de 2,91 s.m.). Já no período mais recente, levando em conta os trabalhadores desligados da indústria em 1999 que retornaram ao mercado no ano 2000, novamente a indústria e os serviços se destacam com remunerações acima da média total nos anos de retorno. Porém, mesmo que ao longo dos períodos analisados alguns setores tenham apresentado remunerações médias superiores à remuneração média total do período de retorno (1991, 1995 e 2000), não se pode deixar de novamente fazer referência à Tabela 7 que, além de demonstrar uma baixa remuneração

média dos trabalhadores migrantes, também mostrou uma significativa redução da mesma quando do retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho nos anos seguintes ao do desligamento.

Tabela 8

Remuneração média no ano, em salários mínimos, dos trabalhadores desligados da indústria-MG que migraram para outros setores (1990/2000)

	Desl. Indústria/1990 Retornaram/1991			Desl. Indústria/1994 Retornaram/1995			Desl. Indústria/1999 Retornaram/2000		
	Total (A)	Rem./ 91(B)	B/A	Total (A)	Rem./95(B)	B/A	Total (A)	Rem./00(B)	B/A
INDÚSTRIA	39.892	103.457,72	2,59	33.490	109.851,37	3,28	36.971	98.348,87	2,66
CONSTR CIVIL	6.783	16.727,84	2,47	6.246	16.990,41	2,72	5.261	13.172,83	2,50
COMÉRCIO	8.677	18.053,08	2,08	8.330	18.365,74	2,20	9.326	18.825,86	2,02
SERVIÇOS	16.453	43.630,86	2,65	13.451	37.087,08	2,76	13.322	34.380,38	2,58
AGROPECUARIA	1.207	2.335,13	1,93	3.674	7.790,36	2,12	3.641	6.444,69	1,77
OUTR/IGN	5.932	13.511,61	2,28	618	1.379,57	2,23	2	5,27	0,00
TOTAL	78.944	197.716,24	2,50	65.809	191.464,53	2,91	68.523	171.177,90	2,50

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS MIGRA Indústria-MG 1989-2000

Fez-se referência aos estudos que têm indicado os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho do processo de externalização de atividades por parte das empresas, dado que a maior parte das atividades externalizadas são transferidas para empresas de menor porte, onde vigoram piores condições de trabalho em termos, principalmente, de remunerações. Os dados apresentados na Tabela 9 ilustram esse fenômeno, pois permitem verificar que a remuneração intra-setorial (trabalhadores desligados da indústria que retornaram ao mercado de trabalho para a própria indústria) segundo o porte das empresas apresenta queda. Além de se constatar uma redução geral das remunerações médias quando do retorno ao mercado de trabalho (1991, 1995 e 2000) dentro do mesmo tamanho de estabelecimento, também se verifica uma redução da remuneração média nas empresas de pequeno porte, no ano do retorno, se comparado com a média total geral da remuneração no mesmo período. Vale dizer, a remuneração média dos trabalhadores desligados da indústria em 1990 que retornaram para empresas de pequeno porte em 1991 receberam uma remuneração média no ano do desligamento de 2,73 salários mínimos e passaram a receber no ano do retorno (1991) uma média de 2,10 salários mínimos, ficando abaixo da remuneração média total geral (2,59 s.m.) e muito abaixo da média das remunerações dos segmentos de médio e grande porte (3,08 s.m. na média empresa e 3,65 s.m. na grande

empresa). Quando se observam as remunerações médias dos desligados e retornados na indústria, ainda dentro das empresas de pequeno porte, nos períodos 1994-1995 e 1999-2000, a tendência é semelhante à do período anterior, dado que a remuneração percebida quando do retorno é sempre inferior à do ano do desligamento, à média geral das remunerações e às médias de remuneração vigentes nas médias e grandes empresas.

Tabela 9

Remuneração média no ano, em salários mínimos, dos trabalhadores desligados da Indústria-MG que realizaram migração intra-setorial segundo porte da empresa (1990/2000)

Tamanho	Indústria											
	REM./90	%	REM/91	%	REM/94	%	REM/95	%	REM/99	%	REM/00	%
0 Empregados	1,97	57,2	1,79	68,8	2,73	127,9	2,21	67,4	6,88	206,3	6,74	253,3
Ate 4	2,29	66,5	1,74	67,1	2,62	123,1	1,85	56,3	2,38	71,3	1,80	67,6
De 5 a 9	2,18	63,3	1,82	70,2	2,80	131,6	2,09	63,9	2,41	72,4	1,86	70,0
De 10 a 19	2,66	77,3	2,00	77,2	3,14	147,2	2,20	67,2	2,61	78,4	2,04	76,7
De 20 a 49	3,17	92,2	2,25	86,8	3,23	151,6	2,46	74,8	2,76	82,9	2,10	78,9
De 50 a 99	3,11	90,3	2,50	96,5	3,68	172,7	3,02	92,1	3,06	91,9	2,25	84,6
Total (1)	2,73	79,4	2,10	80,8	3,13	147,0	2,37	72,2	2,90	87,0	2,28	85,9
De 100 a 249	4,51	131,0	2,88	111,0	4,08	191,6	3,30	100,7	3,53	105,8	2,72	102,3
De 250 a 499	4,17	121,2	3,38	130,2	4,37	205,0	3,79	115,6	4,23	126,9	3,38	126,9
Total (2)	4,37	127,0	3,08	118,7	4,20	197,0	3,50	106,7	3,80	113,9	2,97	111,8
De 500 a 999	4,09	118,8	2,99	115,2	8,23	386,3	8,57	261,2	4,27	128,0	3,36	126,4
1000 ou Mais	5,30	153,8	4,69	180,9	4,53	212,7	3,88	118,2	5,01	150,2	4,32	162,5
Total (3)	4,56	132,5	3,65	140,8	6,55	307,4	6,43	196,2	4,81	144,2	4,06	152,8
TOTAL	3,44	100,0	2,59	100,0	2,13	100,0	3,28	100,0	3,33	100,0	2,66	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS MIGRA Indústria-MG 1989-2000

(1) Micro e pequena empresa

(2) Média empresa

(3) Grande empresa

Considerações finais

Os dados analisados neste trabalho permitem identificar, pelo lado da migração e dos rendimentos dos trabalhadores na indústria de Minas Gerais, a tendência de crescente precarização do mercado de trabalho brasileiro ao longo da última década. A análise dos impactos da reestruturação sobre o mercado de trabalho e dos diferenciais de salários na indústria, a partir especialmente das referências da indústria de Minas Gerais, indica que o atual modelo de desenvolvimento industrial não trouxe benefícios para o conjunto dos trabalhadores. No estudo efetuado, verificou-se diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, especialmente em função da ampliação da participação relativa das empresas de pequeno porte e do setor de serviços na geração de empregos, e uma baixa absorção no mercado formal dos trabalhadores desligados da indústria. Os dados apresentados ilustram, em suma, o já conhecido quadro do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: aumento do desemprego, aumento da informalização e queda geral dos rendimentos.

A opção pela não intervenção nos rumos do desenvolvimento industrial, a abertura comercial e a vigência de baixas taxas de crescimento econômico resultaram em uma estrutura produtiva incapaz de propiciar melhorias para o mercado de trabalho. A diminuição dos postos de trabalho mais qualificados pode ser explicada, em grande medida, pela perda de participação relativa dos setores tecnologicamente mais avançados e pelo crescimento substancial das importações (especialmente de produtos de alto conteúdo tecnológico). Por sua vez, a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores esteve intrinsecamente vinculada às baixas taxas de crescimento econômico vigentes no período, ao crescimento do desemprego e ao avanço da externalização de atividades, em especial pelas grandes empresas.

No período analisado, a maior participação das empresas de pequeno porte e do setor de serviços na geração de empregos reforçou a dualidade do mercado de trabalho, mantendo os diferenciais de salários intra-indústria e inter-setores produtivos. Os segmentos que ampliaram a participação relativa na geração de empregos foram, sobretudo, aqueles que operam com as remunerações mais baixas em função das suas características estruturais.

Referências Bibliográficas

- BNDES, CNI e SEBRAE. **Qualidade & Produtividade na Indústria Brasileira**, Rio de Janeiro, 1996.
- BOTELHO, M.R.A. (1999). **Políticas de Apoio às Pequenas Empresas Industriais no Brasil: Uma Avaliação a Partir da Experiência Internacional**. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas.
- BOTELHO, M.R.A. e MENDONÇA, M..M. As políticas de apoio à geração e difusão de tecnologias para as pequenas e médias empresas no Brasil. **Série Desarrollo Productivo, nº 127**, CEPAL, Chile, 2002.
- ERBER, F. e CASSIOLATO, J.E. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista de Economia Política**, vol. 17, nº 2 (66), abril-junho, 1997.
- GUIMARÃES, E.A. A Experiência Recente de Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação. **Texto para Discussão** no. 409, IPEA, Brasília, Abril de 1996.
- RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho, ???1988.
- RAIS MIGRA Indústria –MG, Ministério do Trabalho, 1989-2000.
- SABÓIA, J. Emprego industrial no Brasil: situação atual e perspectivas para o futuro. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 5, número especial, Rio de Janeiro, 2001.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. Ed. Contexto, São Paulo, 2000.
- TIGRE, P. B., CASSIOLATO, J. E., SZAPIRO, M. H.S. e FERRAZ, J. C. Mudanças institucionais e tecnologia: Impactos da liberalização sobre os sistema nacional de inovações. BAUMANN, R. *Brasil – Uma Década em Transição*, Ed. Campus/CEPAL, Rio de Janeiro, 2000.
- SUZIGAN, W. e VILLELA, A.V. **Industrial Policy in Brasil**. Instituto de Economia/ UNICAMP, Campinas, 1997.